

Se o governo brasileiro distribui bem a merenda em todo o país, há condições de fazer o mesmo com o alimento pedagógico

Em busca de soluções brasileiras

O economista Cláudio de Moura Castro analisa problemas do nosso sistema educacional e mostra algumas saídas possíveis e viáveis economicamente

Sandra Almada

Quando embarcou para Genebra na década passada para assumir uma unidade de pesquisa e política de formação profissional na Organização Internacional do Trabalho (OIT), Cláudio de Moura Castro estava dando continuidade à sua maior paixão: a educação.

Com especialização na Fundação Getúlio Vargas, mestrado pela Universidade de Yale e doutorado pela Universidade de Vanderbilt, tem 25 livros publicados sobre o assunto.

Atualmente, trabalha no Banco Mundial (BID), em Washington, como economista sênior na área de recursos humanos, focalizando Leste europeu, Ásia Central e mundo árabe.

Seu último livro, *Educação brasileira - consertos e remendos*, lançado em março, originou-se de crônicas sobre educação produzidas, durante quatro anos, para um jornal carioca. Numa entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, ele amplia e discute temas de sua obra.

Banco Mundial - O Banco Mundial tem atualmente cerca de 80 profissionais brasileiros em seus quadros. São majoritariamente economistas. Segundo Cláudio de Moura Castro, o aumento de técnicos e intelectuais do Brasil na instituição se dá por duas razões: bons salários e pouco entusiasmo pelo país. Essa "migração" fez Moura Castro chegar a Washington, em 1990, com uma experiência especial trazida da OIT. "Estava sob minha responsabilidade uma rede de instituições de formação profissional localizadas na Bulgária, Rússia, Uzbequistão, Cazaquistão. O povo do Leste europeu conhece a região, mas não domina a linguagem científica, o estilo de análise tradicional no mundo inteiro", diz o economista. Hoje, no Banco Mundial, Moura Castro está terminando uma avaliação do sistema de formação profissional russo.

Mesmo trabalhando com projetos que não contemplam diretamente a educação brasileira, ele conhece as senhas com as quais é possível abrir dentro do BID linhas de crédito para projetos educacionais nacionais. "É preciso

uma operação de crédito que seja uma prioridade para o Banco, um assunto de interesse do Brasil e que reúna uma equipe boa”, analisa.

Vários projetos brasileiros – principalmente na área de ciência e tecnologia e no ensino técnico – foram financiados pelo Banco e funcionaram, entre eles um de educação básica em Minas Gerais.

Mas às vezes o Banco Mundial sugere uma iniciativa ao governo brasileiro que “acaba por aceitá-la sem forte convicção de que é viável e se ajusta às reais necessidades do país” e cita como exemplo o projeto de desenvolvimento integrado do Nordeste, que “resultou em fracasso, pois não havia boa equipe, além de envolver um número enorme de pessoas e instituições, tanto de lá quanto de cá, onde ninguém se entendia. Era uma prioridade do Banco, mas não do Brasil”, ressalta.

Do milagre ao fracasso – “O ‘milagre brasileiro’ foi termos conseguido chegar tão longe com uma educação tão ruim”, diz Moura Castro, ao relacionar crescimento econômico e educação e antenar para o histórico descaso nacional na análise da questão. Nas décadas de 60 e 70, quem examinasse o tema veria uma relação muito clara entre os países que gastaram muito em educação e os que estavam crescendo rapidamente. Eram nações como Estados Unidos, Inglaterra, França, países escandinavos, Japão e Alemanha.

“Mas havia notas dissonantes. Os países do petróleo cresciam com soberbo desprezo pelos seus recursos humanos e por tudo o mais. E havia também o Brasil, disparado no crescimento econômico, mas sovina nos gastos com a educação. A situação não era confortável, mas o orgulho do crescimento obliterava tal descaso. A história recente mostra que o Brasil e os países do petróleo afundaram, estes últimos com petrodólares e tudo”, ironiza.

O modelo industrial brasileiro baseou-se em tecnologia moderna e em uma dosagem a conta-gotas dos recursos humanos para manejá-la: um punhado de engenheiros bons, alguns técnicos e um plantel de operários bem qualificados tocam nossas fábricas. “O resto se improvisava, ajeitava-se com mais um cursinho ou outro e a criativi-

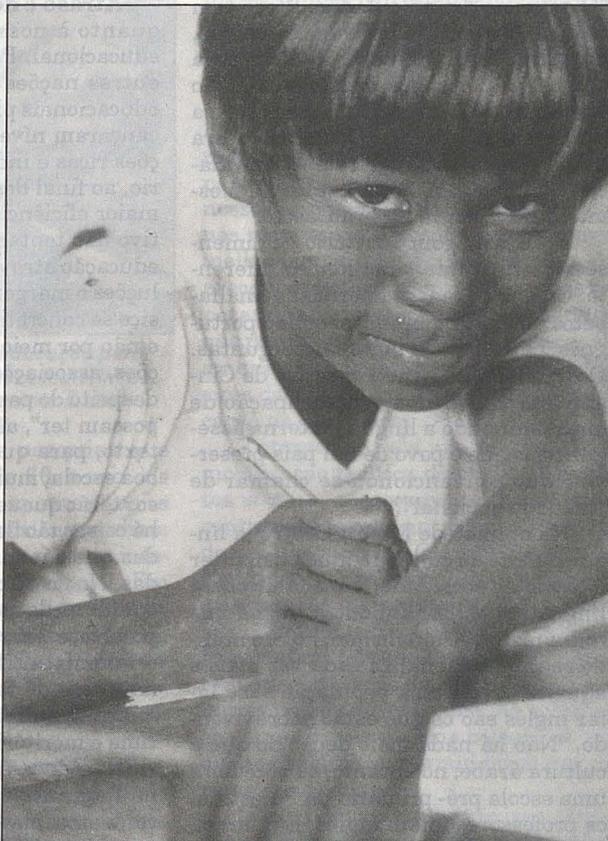
dade que Deus nos deu. A fábrica do futuro foi vista por pessoas da direita e da esquerda como uma evolução natural deste modelo. Com a automação, bastaria apertar o botão e o resto aconteceria, com menos operários para incomodar e ainda menos qualificações requeridas”, explica.

Para o economista, hoje, todavia, estão no mesmo barco à beira do naufrágio os empresários apressados em instalar, em suas fábricas, máquinas que só exigem do homem a tarefa de apertar botão, e os “profetas da esquerda” que anunciaram a desqualificação da força de trabalho com a chegada de novas tecnologias. “Os menos teimosos de ambos os grupos já descobriram que as altas tecnologias têm uma sede insaciável de recursos humanos, são complicadas e vulneráveis. Mesmo em países ricos, algumas fábricas automatizadas passam mais da metade do tempo em pane”, esclarece.

O economista lembra ainda que a organização piramidal, típica do Exército, não funciona mais: “A Guerra do Golfo Pérsico mostrou a vitória do soldado de alta tecnologia, capaz de decisões instantâneas, sem tempo para consultas a manuais de procedimentos ou aos chefes.” Ele afirma que a nova empresa tem “menos caciques e mais índios”, que tomam decisões e são independentes: “Na maior empresa de *software* do mundo, a Microsoft, qualquer funcionário pode receber um correio eletrônico do ‘Grande Cacique Bill Gates’ e podem também se dirigir a ele. Na empresa brasileira Semler, os operários de linha podem se comunicar diretamente com os fornecedores ou com os clientes”.

A modernidade – A fórmula para sobreviver nos mercados competitivos de hoje é oferecer produto sem defeitos a custos baixíssimos. É, sobretudo, a qualidade dos recursos humanos o fator preponderante para quem busca sobreviver às mudanças deste final de século.

Na verdade, com o predomínio das grandes tecnologias de produção, são raros os países que se lançam na arena da competição internacional sem que a totalidade da população – e não somente a força de trabalho – tenha recebido de oito a dez anos de ensino de qualidade. “Nações como a China, cujo custo da mão-de-obra é um décimo da de Hong Kong, que já não é alta, mostram que, hoje, quem quiser sobreviver tem que ser em atividades que ultrapassem um pouco a linha de montagem. Cingapura fez uma opção pela alta tecnologia, e lá todos têm uma educação de alta qualidade, com, no mínimo, oito anos de es-



Em Cingapura, aluno que não avança em inglês, matemática ou ciências tem de parar com as outras matérias e só vai retomá-las quando se recuperar nas disciplinas básicas

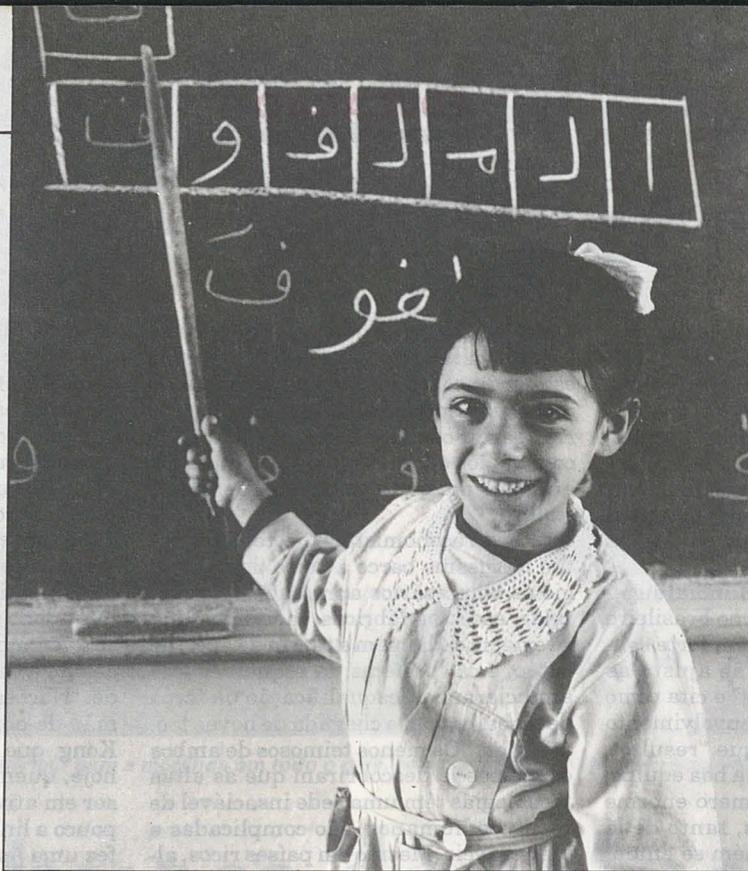
colaridade”, informa o economista.

A despeito das pressões inevitáveis que vêm a reboque da revolução tecnológica, o exemplo de Cingapura traz à tona questões mais profundas ligadas à cultura e ao patrimônio lingüístico do país. Dentro do modelo de educação adotado naquele país, o aluno que não conseguir avançar em inglês, matemática ou ciências é obrigado a parar seus estudos nas demais disciplinas e só retomá-los quando se recuperar nas outras em que mostrou deficiência de aprendizagem. O inglês, no entanto, não é a língua oficial deste país.

“O governo diz ao cidadão: ‘Você tem uma língua maravilhosa que é o chinês. Se quiser fazer um curso de literatura chinesa, à noite, nós pagamos. Mas no trabalho, vai falar inglês’. Isso passou a ser uma regra, já que a indústria opera numa língua estrangeira e as atividades comerciais são conduzidas na mesma língua”, conta Moura Castro.

No Brasil, com território de dimensões continentais, a realidade é diferente. Com uma massa enorme de analfabetos que não dominam sequer o português, pairam no ar algumas perguntas. O Brasil deve seguir o exemplo de Cingapura? É legítima a preocupação de que dominando a língua materna asseguramos que o povo de um país preserve o que convencionou-se chamar de “unidade nacional”?

Na opinião de Moura Castro, a língua é parte da cultura e ajuda a manter o tecido da sociedade, “mas falar outra língua, trabalhar em outra língua não influi nisto”. Assinala que, hoje, o mundo se internacionaliza cada vez mais e aqueles países cuja população sabe falar inglês são os que estão sobrevivendo. “Não há nada mais denso do que a cultura árabe; no entanto, se você for a uma escola pré-primária na Palestina, os professores falam inglês. Em Israel, todos falam a língua inglesa e o tecido da sociedade é mantido pelo hebreu”, defende o economista.



Na Palestina, professores falam inglês no pré-primário, mas a língua árabe ajuda a manter o tecido social

Atraso e desafios – Não há dúvida quanto à nossa negligência na área educacional. Países como Cingapura e outras nações passaram de situações educacionais piores do que a nossa e alcançaram níveis próximos aos das nações ricas e industrializadas. É notório, ao final deste século, o peso de sua maior eficiência industrial. “É imperativo não tentar resolver o problema da educação através de paliativos ou de soluções à margem da escola. O ensino básico se concretiza nas escolas regulares e não por meio de campanhas e fundações, associações ou o que mais seja – a despeito do papel importante que essas possam ter”, afirma Castro. Neste contexto, para que cheguemos a ter uma boa escola, muitos anos e muitos recursos terão que ser consumidos. “Todavia, há coisas tão flagrantemente inadequadas que são fáceis de serem consertadas. No nosso caso, suprir a escola com o mínimo de condições materiais é algo possível e, sobretudo, barato”, adverte o economista. E exemplifica: “A tarefa hercúlea de fazer chegar merenda a quase 20 milhões de alunos, uma legítima e meritória realização do Ministério da Educação, é um sucesso que torna flagrante e injustificável o que encontramos na escola em termos de alimentos pedagógicos.”

Moura Castro usa também dados reveladores de que a revolução no siste-

ma de ensino brasileiro esbarra na fragilidade da vontade política: “Participei, em 1985, de uma pesquisa organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), onde verificamos que 27% das escolas brasileiras não têm água corrente, e nem nascente (48% no Nordeste). Apenas metade tem banheiro no prédio e 25% delas não têm instalações sanitárias de espécie alguma. Só a metade tinha esgoto ou fossa séptica. Nas que tinham banheiro, só a metade

estava em bom estado.”

Há informações ainda mais desanimadoras. Metade de nossas escolas não tem luz elétrica. Apenas 27% encontram-se em bom estado de conservação e, na região Norte, este percentual cai para irrisório 1%. Em 25% de nossos colégios, há sequer uma mesa para a professora. Das salas de aula visitadas durante a pesquisa, 75% não tinham um mapa na parede e a metade não tinha cartazes de espécie alguma. Constatou-se ainda que 72% das escolas não tinham nenhum equipamento pedagógico além do quadro e giz. “Os equipamentos escolares não pesam mais do que 1 ou 2% nos orçamentos educacionais e recuperar prédios não tem custos extravagantes. Operar com orçamentos inadequados nestas rubricas é uma das mais burras economias que se pode fazer. É possível realizar uma obra pouco dispendiosa, visível e que rapidamente traz enormes benefícios para a educação”, conclui.

Estratégias – Na revolução educacional defendida pelo economista, as estratégias incluem a luta da sociedade por um ensino de qualidade. Se hoje nossa rede de estabelecimentos, embora necessitando de reparos, já responde em termos numéricos à demanda de estudantes, o ensino oferecido é lamentável. “O desafio principal é o de identifi-

car uma estratégia de ação capaz de mobilizar as forças sociais para desencadear um processo de valorização da escola, e para manter viva a pressão externa para que esta escola possa funcionar adequadamente."

Isto seria viabilizado, sobretudo, pelos pais de alunos, identificados por Moura Castro como os atores principais que precisam se dar conta do péssimo nível de educação oferecida a seus filhos. "Os pais precisam de melhor nível de conscientização e novos canais de expressão e pressão para avaliar a qualidade oferecida pela escola, pelo governo ou por outros meios. Isso pode ser conseguido através de testes que medem o que os alunos aprenderam nas matérias mais centrais, como português, matemática e ciências", sugere.

Mas a sociedade brasileira, que marcha em ritmo paquidérmico na busca de soluções, esbarra, ainda, na falta de parceria das classes médias com as mais desfavorecidas e desinformadas na luta por melhorias no ensino. "Dada a grande expansão do ensino de 1º e 2º graus, e a conseqüente queda de qualidade, as elites optam pela rede privada, mais dispendiosa mas de melhor resposta, e concentram suas reivindicações no ensino superior", afirma.

Além do desencontro de interesses e necessidades entre grupos sociais distintos, temos também uma falta de parâmetros que nos ajudem a aferir, comparativamente, o desempenho de nossas escolas. "Tanto no Maranhão quanto em São Paulo, há escolas melhores e piores. Mas como cada uma tem o seu próprio termômetro, que não é comparável com o das outras, não ficamos sabendo quais as melhores, em quanto são melhores e porquê. Assim, fica difícil sugerir providências para melhorar, sobretudo quando o dinheiro é escasso e deveria ser gasto com critério", afirma.

Moura Castro também adverte para o fato de que, no Brasil, qualquer ministro da Educação tende a pensar, por exemplo, que o ensino em São Paulo é melhor do que o do Maranhão mas, concretamente, não existem mecanismos que lhe assegurem isto: "Não devemos imitar tudo o que fazem os outros, mas dá o que pensar quando todos os países educacionalmente maduros têm seus termômetros bem calibrados. A Inglá-

terra, a Alemanha, a França e até os Estados Unidos, o mais descentralizado dos países ricos, dispõem de testes padronizados."

No final da década de 60, o Banco da Coroa da Suécia apoiou a criação de testes educacionais, permitindo comparações entre países. A partir daí, o Instituto Internacional para a Avaliação da Educação (IEA) alastrou-se pelo mundo afora, reunindo pesquisadores de deze-



É preciso investir em educação para poder desfrutar da riqueza material do país. Na foto, uma escola árabe

nas de países. "Numa pesquisa que coordenei na década de 70, o uso dos testes do IEA permitiu mostrar que os alunos do interior do Brasil aprendiam tão pouco quanto seus colegas do interior da Bolívia, Peru e Paraguai. Em 1990, o Brasil participou dos últimos testes do IEA, e foi triste ver que em situação pior do que a nossa encontra-se somente um único país, Moçambique, uma nação paupérrima e em guerra civil", lamenta o economista.

Se por um lado pesquisas quantitativas encontram defensores, por outro não são poucas as críticas quanto à sua validade. Na opinião de Moura Castro, os perigos de abuso de testes e interpretações incorretas são inegáveis: "Os tes-

tes medem bem algumas dimensões do aprendizado, medem outras imperfeitamente, e passam em brancas nuvens diante de aspectos como imaginação e criatividade. Contudo, sabe-se que são perfeitamente críveis para dizer se os alunos entenderam ou não o que leram ou se conseguem aplicar conceitos de ciências na vida prática."

No Brasil, a pedagogia tradicional reduz à alçada do professor, ou melhor, dos testes e provas que este aplica em sala de aula, os mecanismos de avaliação por que passam os alunos. Somente ao término do 2º grau esta tradição é rompida de forma traumática com o vestibular. "As maiores universidades e, em particular, a Fundação Carlos Chagas e o Cesgranrio, vêm, rotineiramente, submetendo seus dados às técnicas convencionais de avaliação de testes. Os padrões internacionais de qualidade dos testes são atingidos na maioria das vezes. Isso significa que os 'melhores' alunos não estão sendo reprovados no vestibular, e os piores estão sendo. A frequência de erros é conhecida e suficientemente baixa."

O reaparelhamento das escolas, salários dignos para os professores, mecanismos mais eficazes que tornem transparentes os índices de rendimento de nossos jovens e crianças, e pais de alunos mais aptos a acompanhar e exigir melhorias na qualidade de ensino são preocupações que há muito tempo se repetem na retórica de uma sociedade que permanece desmobilizada para exigir que se cumpra um dos princípios básicos da cidadania: o direito a uma educação de qualidade.

Entorpecido pela apatia e pela desmobilização política de vários segmentos sociais, nosso povo, a despeito de contribuições relevantes como as trazidas pelo professor Cláudio de Moura Castro, ainda não despertou para soluções que são mais simples do que parecem. "Países como Costa Rica e Chile não gastam fortunas nas escolas mas têm uma educação decente. Não há milagres na educação básica. As soluções chegam através de uma coleção de pequenos hábitos que se cumprem nas rotinas das escolas."

Não há dúvidas quanto a isso. O que parece faltar nesta sempre mal resolvida equação dos nossos problemas educacionais é a vontade política. ■